

## ATA DE REUNIÃO - TRE-DF/PR/CPLS

Aos dias vinte e três de agosto de dois mil e vinte e quatro, às treze horas, de forma virtual, reuniram-se os membros da Comissão do Plano de Logística Sustentável do TRE-DF, senhores e senhoras, Danielly Almeida Morele, Maristela Ribas Feltrin, Reinaldo Luz Lima das Virgens Ferreira, Robson Correa Viana, Ronaldo Costa Pinto De Brito Franco e Rui Moreira de Oliveira e convidadas, senhores e senhoras, Carlos Augusto Gontijo Caetano, Guilherme de Sousa Juliano, Priscila Palhano Teixeira e Wildice Lima Ferro Cabral, sob a presidência do Desembargador Eleitoral Renato Gustavo Alves Coelho.

A reunião iniciou com a análise dos indicadores sob a perspectiva de consumo no ano em curso, 2024 em relação a 2023. Carlos Gontijo iniciou com o indicador **consumo de papel** apontando um aumento apesar da redução nas impressões. Maristela Feltrin, da SEAMA, esclareceu que cada cartório passou a gerenciar suas próprias compras, o que pode ter inflado os estoques. Rui Moreira, da COLOC, sugeriu que os cartórios podem ter ampliado os estoques devido a atrasos na entrega de papel pela empresa fornecedora, uma estratégia confirmada por Maristela Feltrin. Priscila Palhano, da SCE, destacou que os cartórios são os maiores consumidores de papel e que a Corregedoria tem monitorado as impressões, buscando melhorar os fluxos de trabalho. Maristela Feltrin acrescentou que o fechamento de cadastros no primeiro semestre pode ter contribuído para o aumento da demanda por papel nos cartórios. Danielly Morele sugeriu que, com o apoio da Corregedoria, seria possível intensificar o monitoramento do consumo de papel nos cartórios uma vez que, em reunião prévia a Corregedoria informou que alguns cartórios têm necessidades específicas que justificam um maior consumo de papel e sugeriu que esses casos sejam analisados para que o consumo seja avaliado de forma justa. Priscila Palhano complementou com o exemplo da primeira zona, onde o maior consumo de papel é necessário devido à natureza dos processos criminais, que muitas vezes exigem impressões para facilitar a análise pelos magistrados. Robson levantou a questão da regulamentação do consumo de papel, tanto nas secretarias quanto nos cartórios eleitorais e destacou exemplos de outros regionais que implementaram normativas para o consumo de papel e impressão, estabelecendo regras claras e até instituindo prêmios, como selos ou certificados, para incentivar boas práticas. Ele sugeriu que essas normas sejam discutidas com a Corregedoria para adaptação e implementação no âmbito local, respeitando as peculiaridades de cada cartório. Os presentes manifestaram apoio à proposta de Robson Correa, destacando a importância de, junto à Corregedoria, criar uma normativa específica que regule a impressão e o uso de papel nos cartórios e secretarias. Robson enfatizou a necessidade de unificar e formalizar as diretrizes sobre o uso de papel no tribunal, apontando que, sem regulamentação clara, há excessos na impressão. Ele sugeriu a criação de um ato formal para dar respaldo aos servidores e propôs a divulgação mensal das unidades que mais consomem papel, incentivando uma mudança de comportamento. Reinaldo Luz sugeriu que, em vez de comparar unidades diferentes pelo volume absoluto de impressões, fosse adotado um modelo que considerasse a variação percentual de consumo em relação ao histórico de cada unidade. Essa abordagem permitiria uma comparação mais justa e incentivaria a melhoria contínua dentro de cada unidade. Ronaldo Franco, da EJE-DF, mencionou que discussões sobre normativos para o consumo de papel já haviam sido iniciadas, mas não progrediram. **A Comissão acordou que, com o apoio da Corregedoria há uma oportunidade real de avançar e criar uma norma eficaz para reduzir o consumo de papel.**

Carlos Gontijo apresentou dados mostrando uma queda nas **impressões** de 209 mil para 174 mil, mas destacou que, apesar da redução, os resultados ainda não são satisfatórios. **Carlos Gontijo comparou o consumo de papel do tribunal com outros Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), observando que alguns parecem imprimir menos, especialmente em processos como alistamentos eleitorais. Reinaldo sugeriu que essa diferença poderia justificar uma revisão das normas internas, com o objetivo de reduzir impressões desnecessárias. As representantes da Corregedoria concordaram quanto à importância de revisar processos de trabalho e serviços para identificar oportunidades de redução no consumo de papel. Priscila Palhano enfatizou que, apesar das reduções já obtidas desde o início do monitoramento, é crucial continuar avaliando a real necessidade de impressão em cada processo para garantir reduções ainda mais significativas.** Robson Correa mencionou que alguns atos normativos de outros TREs, já compartilhados com Ronaldo Franco, incluíam diretrizes claras sobre quais documentos deveriam ser impressos. **A Comissão concordou que esses normativos devem ser analisados para possível adoção no TRE-DF.**

Carlos Gontijo avançou a pauta da reunião alertando para o aumento no **consumo de energia elétrica e água**, apontando as obras em andamento no edifício-sede. Ele mencionou que problemas como canos furados no decorrer da **obra de reforma do tribunal** também podem ter contribuído para esse aumento e previu que, se essas questões não forem resolvidas, **a pontuação relacionada ao consumo de recursos deverá continuar negativa no próximo semestre**. Danielly Morele observou que, embora o tribunal tenha reduzido seus indicadores em 2023 com relação a 2022, outros tribunais adotaram metas mais agressivas, resultando em uma otimização mais eficiente de recursos e destacou a importância de iniciativas sustentáveis, como a coleta de águas pluviais e a instalação de placas solares. Ela apontou que a grande quantidade de cartórios e prédios no tribunal dificulta a melhoria nos índices de sustentabilidade, comparado a outros tribunais menores. Carlos Gontijo concordou com a necessidade de adotar placas solares para reduzir o consumo de energia elétrica, mencionando que essa medida já foi discutida em reuniões anteriores e deve ser implementada gradualmente, começando pela instalação das placas no teto do tribunal ou dos galpões. Na sequência, Carlos Gontijo questionou quais outras medidas poderiam ser implementadas para melhorar o consumo de energia e água, especialmente considerando o impacto das obras em andamento. Danielly Morele sugeriu que a administração considere ações mais intensivas para compensar esse impacto, como a adoção de práticas mais rigorosas de economia de recursos. Danielly Morele propôs a ampliação do teletrabalho como uma solução para reduzir o consumo de energia e água no prédio. Ela sugeriu que, onde possível, andares inteiros fossem desligados quando não estivessem em uso, eliminando o consumo desnecessário de eletricidade, água e ar-condicionado. Ronaldo Franco mencionou uma conversa com o servidor Andrey Bernardes, Gestor da STIC, em que foi informado sobre a implementação de um novo sistema que permitirá o desligamento dos computadores quando não estiverem em uso, mesmo no teletrabalho. Ele destacou a importância dessa medida, pois permitirá uma economia significativa de energia, já que os computadores não precisarão mais permanecer ligados continuamente para acesso remoto. Ronaldo sugeriu ainda a criação de uma campanha de conscientização para que os servidores se lembrem de desligar o ar condicionado e outros equipamentos a partir das 17h30. Ele mencionou que essa prática já foi testada em gestões anteriores e que, em alguns tribunais, o disjuntor é desligado automaticamente às 18h, encerrando o consumo de energia. Ele ressaltou que, embora o ar condicionado seja o principal consumidor, os computadores também representam um impacto significativo no consumo de energia. Guilherme de Sousa, do GPR, sugeriu medidas simples e eficazes, como reduzir a iluminação das salas a partir das 15h ou 16h e desligar o ar condicionado de todos os ambientes às 17h. Ele acredita que essas ações poderiam contribuir significativamente para a diminuição do consumo, especialmente durante o período de maior uso. Guilherme de Sousa sugeriu que as propostas discutidas fossem encaminhadas para Lúcia Carvalho, Diretora Geral do TRE-DF. Ele destacou que essa ação poderia ser realizada diretamente pela Diretoria Geral, em conjunto com o Dr. Renato Coelho. O Desembargador Renato Coelho concordou com a proposta, enfatizando a necessidade de ações rápidas e eficientes para controlar o consumo de energia. Ele sugeriu que, após aprovação, as medidas sejam implementadas sem demora. O Dr. Renato Coelho compartilhou sua experiência anterior no TJDF, onde o ar condicionado era programado para desligar às 18h. O Des. Renato Coelho sublinhou que a implementação das medidas discutidas, além de resultar em economia, será fundamental para mostrar um compromisso real com a sustentabilidade. Guilherme de Sousa reforçou a necessidade de rapidez na execução dessas ações, propondo que o ar condicionado seja desligado mais cedo para que os efeitos sejam rapidamente percebidos. Renato também mencionou que as obras em andamento estão impactando significativamente o consumo de energia, levando a um aumento que deve ser avaliado cuidadosamente. Guilherme concordou, enfatizando que esse fator deve ser considerado ao analisar o consumo total do tribunal. Carlos Gontijo sugeriu que uma justificativa oficial seja preparada para o CNJ, explicando o consumo elevado devido às obras. Ronaldo Franco concordou com a proposta e sugeriu que a equipe responsável pelo monitoramento prepare um relatório detalhado, que seria então enviado ao CNJ para justificar o aumento temporário no consumo. Carlos propôs que a comissão emita um despacho para a aquisição de painéis solares, destacando a importância desse investimento para a sustentabilidade do tribunal. Ele questionou a disponibilidade de verba para essa compra e ressaltou os benefícios a longo prazo que os painéis solares poderiam proporcionar. Ele sugeriu que, devido às obras no prédio principal, os painéis poderiam ser instalados nos galpões das urnas e do transporte, onde a estrutura já está disponível. A comissão considerou a sugestão de Guilherme de Sousa sobre a instalação de pequenas usinas fotovoltaicas nos galpões como uma medida estratégica para a economia de energia. Carlos Gontijo e Danielly Morele reforçaram a atratividade do investimento, especialmente a médio prazo, e concordaram em encaminhar a proposta à Diretoria Geral para avaliação e possível implementação. Danielly enfatizou que essas medidas são não apenas financeiramente viáveis, mas

também uma oportunidade para o tribunal se posicionar como uma instituição comprometida com a sustentabilidade. **A comissão decidiu encaminhamento de feito à Diretoria Geral, propondo a análise e possível implementação das usinas fotovoltaicas nos galpões.** A expectativa é que essas ações contribuam para reduzir os custos com energia elétrica e avancem nas metas de sustentabilidade do tribunal. **Guilherme de Sousa destacou que o investimento é viável e traria benefícios tanto financeiros quanto institucionais, promovendo uma imagem positiva de responsabilidade ambiental e autonomia energética para o tribunal. Sugeriu, também, que a implementação de um projeto de energia solar com apoio do desembargador presidente da CPAI poderia solidificar o tribunal como um exemplo de inovação ecológica no Judiciário.** Carlos Gontijo concordou com a ideia de iniciar o projeto de forma gradual, com pequenas instalações que poderiam ser expandidas conforme os resultados e a alocação de recursos. Reinaldo Luz trouxe uma atualização relevante: durante um evento no qual esteve presente, o ministro Roberto Barroso, atual Presidente do STF, mencionou um pacto entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para promover a transformação ecológica. Reinaldo destacou que essa iniciativa nacional poderia facilitar o apoio e a obtenção de recursos para projetos sustentáveis no tribunal. Guilherme de Sousa recebeu a notícia com entusiasmo, vendo nela um impulso adicional para as iniciativas ecológicas discutidas. Reinaldo acrescentou que, além do pacto, o ministro Barroso mencionou um possível apoio financeiro do BRICS para a descarbonização do Judiciário. Ele sugeriu que a comissão trabalhe na preparação de projetos sustentáveis, para que o tribunal esteja pronto para aproveitar essas oportunidades de financiamento. Guilherme de Sousa destacou a viabilidade de iniciar a instalação de painéis solares com um investimento modesto, como R\$ 9.000, o que permitiria uma contratação direta, sem necessidade de licitação. Ele enfatizou que uma pequena usina solar poderia ser implementada rapidamente, tornando-se uma vitrine do compromisso do tribunal com a sustentabilidade. O Des. Renato Gonçalves Alves Coelho concordou com a relevância da proposta, destacando a necessidade de continuar buscando financiamentos e apoios, especialmente com o Judiciário cada vez mais voltado para a sustentabilidade. Carlos Gontijo sugeriu que, em vez de uma compra direta, uma licitação com registro de preços seria mais adequada, permitindo ao tribunal adquirir mais painéis solares conforme a necessidade e orçamento. Guilherme de Sousa concordou, mas ressaltou a importância de, inicialmente, aprender com outras instituições, como o TJDF, sobre a implementação de usinas fotovoltaicas, para adotar a melhor abordagem. Também destacou a importância de uma visão de longo prazo, mencionando a possibilidade de buscar certificações como o selo "Lixo Zero" no futuro. Danielly Morele apoiou a ideia e acrescentou que o tribunal tem potencial para se destacar nos rankings de sustentabilidade, especialmente com a redução de cartórios e avanços na economia de eletricidade. Ela enfatizou que fortalecer essas áreas pode melhorar significativamente a posição do tribunal. Danielly Morele também destacou a necessidade de alinhar a sustentabilidade com o planejamento estratégico do tribunal, ressaltando que essas áreas são interligadas e que uma comunicação eficiente entre elas é crucial. Ela insistiu que as iniciativas de sustentabilidade devem ser incorporadas ao planejamento estratégico para garantir que o tribunal alcance seus objetivos de forma coordenada. Reinaldo Luz destacou a importância de uma comunicação alinhada entre as áreas de planejamento e sustentabilidade para o sucesso dos projetos e para aproveitar oportunidades de financiamento e reconhecimento.

Ato contínuo, Carlos Gontijo propôs a **implementação de uma logística de reuso de água** semelhante ao que está sendo discutido para a energia elétrica. Guilherme de Sousa concordou que a ideia é válida, mas destacou que a criação de reservatórios de água exigiria obras estruturais, o que tornaria o projeto mais complexo. Ele sugeriu que essa **iniciativa poderia ser viável para o próximo ano, especialmente nos galpões, onde há espaço disponível, e mencionou que a construção de reservatórios em grandes lotes já se tornou uma prática comum, o que pode facilitar o processo.** Guilherme explicou que reservatórios de fibra de vidro poderiam ser usados para armazenar água da chuva, destinada a atividades como limpeza e irrigação, tornando-se um segundo passo importante nos projetos de sustentabilidade do tribunal. Ele sugeriu que essa ideia seja considerada como parte do planejamento a longo prazo. Guilherme de Sousa mencionou que o pacto entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário está diretamente relacionado com as discussões em curso, especialmente no que se refere à transição energética e ao desenvolvimento sustentável. Ele destacou que essas áreas são fundamentais para os projetos que o tribunal está considerando, e que esse alinhamento com o pacto nacional pode facilitar a obtenção de apoio e recursos. Reinaldo Luz reforçou a importância de estar preparado para aproveitar possíveis recursos orçamentários específicos para a transformação ecológica, que poderão ser disponibilizados em função desse pacto entre os poderes.

Carlos Gontijo trouxe à tona a questão da **destinação de resíduos para reciclagem**, ressaltando que a quantidade reciclada impacta positivamente a pontuação do tribunal. Danielly Morele acrescentou que os resíduos gerados por obras não são incluídos na contagem para pontuação de sustentabilidade, pois são tratados de forma separada. Ela enfatizou que a reciclagem de materiais cotidianos, como papel e plástico, deve ser maximizada para alcançar melhores resultados na pontuação, enquanto os resíduos de obras seguem um protocolo diferente. Carlos Gontijo levantou a dúvida sobre a inclusão dos resíduos gerados pelas obras no relatório anual, destacando que esses resíduos podem não se enquadrar na contagem usual de materiais recicláveis. Danielly Morele concordou que, embora tratados de forma distinta, é necessário registrar esses resíduos no relatório, especialmente para garantir a transparência e a correta destinação dos materiais. Danielly Morele, no entanto, reforçou que, independentemente das variações, o registro desses materiais é essencial para justificar sua existência e manejo durante as obras. Carlos Gontijo sugeriu que resíduos de pequenas reformas poderiam ser incluídos no relatório anual, enquanto resíduos de grandes obras deveriam ser tratados separadamente. Foi acordado que a equipe revisará a resolução antes de tomar qualquer decisão sobre a inclusão dos resíduos de obras no relatório. Essa análise garantirá clareza sobre como essas variáveis devem ser tratadas, assegurando conformidade com as exigências. A comissão foi chamada a encontrar soluções para os desafios atuais na reciclagem, garantindo que a sustentabilidade permaneça uma prioridade, mesmo com a redução de insumos e o impacto das obras. Robson Correa rapidamente consultou a resolução e confirmou que resíduos como papel, plástico e papelão devem continuar sendo destinados à cooperativa de reciclagem. Ele destacou que resíduos de obras, conforme o glossário da resolução n.º 550, devem ser enviados a aterros específicos para resíduos de construção, diferenciando-os dos materiais recicláveis comuns. Robson também mencionou que, em experiências anteriores, os contratos de obras incluíam uma cláusula exigindo que as empresas responsáveis recolhessem os resíduos de construção e os levassem ao aterro apropriado, em conformidade com as normas ambientais. Ele sugeriu que seria importante verificar se essa prática continua vigente nos contratos atuais. Robson reforçou que a resolução estipula a separação desses resíduos, e Danielly Morele acrescentou que, historicamente, o tribunal sempre documentou a destinação correta desses materiais. A discussão levou à conclusão de que os resíduos de obras devem ser tratados separadamente no relatório anual, conforme as diretrizes da resolução. A Comissão concordou que manter essa prática garante a conformidade com as normas e assegura a transparência. Robson Correa ressaltou que o volume de resíduos gerados por grandes obras, como a reforma de um edifício, é natural e justificável. Ele reforçou a necessidade de documentar esses resíduos adequadamente, mas sem misturá-los com outras categorias, como papelão ou plástico. **Sobre o descarte de materiais de TI, a Comissão enfatizou que sejam feitos em conformidade com as diretrizes do CNJ para o descarte de materiais eletrônicos. Ficou decidido as informações necessárias sobre o descarte de materiais de TI serão inseridas no PLS anual de acordo como SEI específico para este fim.** Durante a reunião, Wildice Cabral, da SCE, expressou apoio à ideia, destacando a eficiência da iniciativa do CNJ. A comissão concordou em tratar o tema do descarte de materiais de TI separadamente, reconhecendo a importância de promover iniciativas como a do CNJ.

Carlos Gontijo direcionou a discussão para o aumento no **consumo de combustível**. Danielly Morele mencionou que a centralização dos cartórios no edifício-sede permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos e maior controle sobre o consumo de combustível uma vez que, em consulta à unidade de transporte verificou que a maior utilização se deve a serviços de manutenção e atendimento técnico de informática nos Cartórios. Rui enviou o relatório detalhado do consumo de transporte para Danielly Morele durante a reunião e sugeriu que esses dados sejam analisados detalhadamente para identificar áreas de melhoria na gestão do transporte. Danielly Morele enviou no mesmo momento para Priscila Palhano os dados de consumo que recebeu de Rui Moreira, ressaltando a importância de analisar esses números para identificar oportunidades de otimização. Ficou decidido que Wildice e Priscila realizariam uma análise detalhada dos dados de consumo de transporte, especialmente relacionados ao uso de táxis para entregas sigilosas e reuniões presenciais. O objetivo é identificar estratégias para otimizar o uso de recursos, garantindo a segurança das informações e mantendo a eficiência operacional. **Wildice Cabral reafirmou seu compromisso em colaborar para reduzir o consumo de transporte no tribunal. Embora ainda não tenha total visibilidade sobre as unidades que mais consomem, ela se mostrou determinada a melhorar a eficiência. Também se comprometeu a fazer um levantamento para verificar se os cartórios estão solicitando o serviço de transporte de forma excessiva e trará essa informação na próxima reunião. Ficou acordado que a análise desse relatório será discutida na próxima reunião, para que sejam definidas ações concretas visando a otimização do uso de táxis e a melhoria na gestão dos recursos de transporte do tribunal.** Rui Moreira apresentou o relatório detalhado das despesas

com táxi, enfatizando a importância de um planejamento mais eficiente para o uso dos recursos. Rui destacou a necessidade de orientar melhor as requisições de táxi, assegurando que as viagens sejam devidamente justificadas e que a quilometragem rodada seja adequada. Ele sugeriu que, embora os recursos sejam limitados, é crucial organizar as atividades externas, como intimações, de forma a otimizar o uso dos táxis. Rui enfatizou que a equipe do tribunal está capacitada para realizar esse planejamento, mas que é necessário garantir a consistência e racionalidade nas operações diárias. Wildice Cabral concordou, destacando a importância de otimizar o uso dos recursos e melhorar o planejamento das viagens. Ela reforçou que a questão deve ser tratada com atenção nas próximas etapas. Além disso, Wildice Cabral mencionou a necessidade de reuniões presenciais durante o processo de formação da Central de Atendimento, onde a participação dos chefes de cartório é essencial. Ela explicou que a natureza colaborativa dessas reuniões torna a presença física indispensável, o que também contribui para o consumo de combustível. Rui também apontou situações de uso ineficiente do serviço de transporte, especialmente em atividades de manutenção. Ele mencionou que o tribunal possui duas caminhonetes, adquiridas no final do ano passado, que são mais adequadas para o transporte de materiais de construção. No entanto, notou que houve uma concentração de serviços realizados por um único motorista, pois muitos taxistas se recusavam a transportar materiais como cimento e areia. Essa situação reforça a necessidade de utilizar os recursos disponíveis de forma mais estratégica, aproveitando a frota do tribunal para tarefas que exigem veículos específicos, como as caminhonetes, para evitar o uso inadequado dos táxis. Rui Moreira explicou que uma nova orientação foi emitida para a área de manutenção, recomendando o uso dos veículos do tribunal para o transporte de materiais de construção, em vez de táxis. Ele destacou que, embora o modelo de contratação de táxis seja eficiente para o transporte de pessoas, não é adequado para certos tipos de materiais. Essa mudança deve trazer melhorias a médio prazo. Ele reiterou que o uso de táxis para o transporte de pessoas é eficiente e amplamente adotado por outros órgãos públicos, apesar de, em alguns casos, parecer mais caro do que manter uma frota própria. A flexibilidade e conveniência compensam os custos, mas ele sugeriu que uma análise contínua e detalhada poderia identificar oportunidades de aprimorar a gestão desse serviço. **Rui propôs que a gestão do transporte se beneficiaria de um roteiro de melhorias, com um monitoramento constante para garantir o uso eficiente e adequado dos serviços de táxi. Ele recomendou que os dados de consumo de transporte fossem analisados não apenas pelos cartórios, mas por todas as unidades do tribunal, o que ajudaria a entender melhor a distribuição dos recursos e a identificar áreas que necessitam de ajustes.** Rui apontou inconsistências no uso do aplicativo de gestão de viagens, observando que alguns registros mostravam aberturas e fechamentos de viagens com intervalos de tempo muito curtos, comprometendo a precisão dos registros e dificultando a validação das despesas. Ele enfatizou que essas falhas enfraquecem o trabalho dos fiscais responsáveis pelo controle das despesas de transporte, tornando difícil a análise correta dos serviços prestados. Para corrigir essas falhas, Rui sugeriu a implementação de sessões de treinamento e orientações claras aos usuários do serviço de transporte sobre o uso correto do aplicativo. Garantir que todos os envolvidos compreendam e sigam os procedimentos estabelecidos é essencial para melhorar a qualidade dos registros e assegurar a transparência e eficiência no uso dos recursos do tribunal. **Para assegurar a eficiência do sistema de transporte, Rui Moreira recomendou a implementação de monitoramentos contínuos e auditorias periódicas nos registros de viagens. Essa prática preventiva permitiria identificar rapidamente quaisquer desvios e aplicar medidas corretivas, otimizando os processos e reduzindo custos desnecessários. Ele enfatizou a importância da colaboração entre todos os setores do tribunal para o sucesso das melhorias propostas. O comprometimento de cada unidade é essencial para implementar as mudanças necessárias e garantir uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos de transporte. Relatou que os fiscais de contrato já haviam emitido orientações sobre as práticas inadequadas observadas no uso do aplicativo de transporte, onde viagens eram registradas com intervalos muito curtos entre abertura e fechamento.** Ele alertou que, se essa prática continuar, os usuários poderão ser responsabilizados pelos custos, uma vez que os fiscais não terão como validar se os valores cobrados são justos. Concluindo suas observações, Rui destacou a disposição da SETRA em colaborar para aprimorar o processo e garantir a adesão às práticas corretas. **Wildice Cabral expressou seu apreço pelo relatório e pelas tabelas apresentadas, mencionando que tinha algumas dúvidas que poderiam ser esclarecidas em outro momento para não prolongar a reunião. Ela demonstrou interesse em se aprofundar na análise dos dados fornecidos.** Apesar de sua saída, Rui Moreira assegurou que o tribunal contará com um novo coordenador para os serviços de transporte, ressaltando que ele é competente e contribuirá significativamente para as análises e informações futuras. Wildice e os demais participantes parabenizaram Rui Moreira pela nova fase em sua carreira,

destacando sua valiosa contribuição ao tribunal estando todos de acordo com as informações e sugestões apresentadas.

Carlos Gontijo prosseguiu com o próximo item da pauta sobre a **atualização do Plano de Logística Sustentável (PLS), destacando a necessidade de adaptar o plano às mudanças introduzidas pela nova Resolução n.º 550**, que atualiza a Resolução n.º 400. Ele mencionou que dois **novos indicadores foram incluídos e que o PLS do tribunal deve ser revisado para incorporá-los**. Explicou, ainda, que comparou as duas resoluções, destacando que a Resolução n.º 550 inclui medidas específicas relacionadas à Equidade e Diversidade, exigindo ações de capacitação e sensibilização, como cursos, palestras e seminários. Anteriormente, esses temas eram apenas mencionados de forma geral, mas agora devem ser formalmente incluídos no PLS. Ele propôs a **inclusão de dois novos indicadores no PLS, alinhados com as diretrizes da nova resolução, enfatizando a importância de garantir que o tribunal esteja em conformidade com as exigências**. Carlos Gontijo também direcionou a atenção para o Indicador 19 do PLS atual, que trata da capacidade socioambiental, e sugeriu que este seja ajustado para incluir as novas exigências de Equidade e Diversidade. Robson Correa, que foi o responsável pela criação do Indicador 19 no PLS original, concordou com as alterações propostas. Com a aprovação dos presentes, Carlos Gontijo se comprometeu a atualizar o PLS, assegurando que o tribunal esteja em conformidade com as novas normas da Resolução n.º 550, incluindo um indicador para medir as ações de capacitação em Equidade e Diversidade e outro para ações de sensibilização, como campanhas e eventos. **A proposta foi aceita pela Comissão, destacando-se que a adição fortalecerá o compromisso do tribunal com a diversidade e a equidade**. Robson Correa sugeriu que, antes de avançar com a criação dos novos indicadores, seja feito um levantamento junto às áreas responsáveis para confirmar se existem dados históricos suficientes para alimentar esses indicadores. Ele enfatizou a importância de garantir que, se os dados não estiverem disponíveis, a coleta seja iniciada imediatamente após a implementação dos novos indicadores. Carlos Gontijo explicou que os novos indicadores de Equidade e Diversidade estão alinhados com indicadores anteriores, mas agora com uma separação clara entre ações de capacitação e sensibilização. Carlos questionou o grupo sobre a quantidade de ações a serem incluídas no PLS para os novos indicadores. Ele propôs manter um total de **duas ações de capacitação e quatro ações para sensibilidade, que foi aceito pela Comissão**. Para essas metas, Wildice Cabral mencionou que já sabia de pelo menos dois webnários organizados pela Escola Judiciária que poderiam contar para o novo indicador. Wildice ainda mencionou que outras instituições, como o Tribunal de Justiça e o CNJ, já possuem cartilhas sobre diversidade e equidade. Robson Viana sugeriu que, se o tribunal ainda não tiver suas próprias cartilhas sobre esses temas, seria uma boa iniciativa produzi-las. Reinaldo Luz propôs a introdução de ações de gamificação para tornar as iniciativas de sensibilização e capacitação mais dinâmicas e envolventes. A ideia é criar atividades interativas que incentivem os servidores a aprender sobre diversidade e equidade de forma engajada. Robson Correa sugeriu a realização de uma "Semana da Equidade e Diversidade", com palestras e orientações sobre direitos, e outras atividades educativas, para reforçar a importância desses temas e ajudar no cumprimento dos indicadores estabelecidos. **A Comissão concordou com a sugestão de Wildice de que a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) assuma a responsabilidade pelas ações internas, enquanto a Comunicação poderia coordenar as ações voltadas ao público externo**. Danielly Morele destacou que, além dos cursos, a revista mensal do tribunal inclui matérias sobre acessibilidade, que podem ser contabilizadas como ações de sensibilização. Ronaldo Franco finalizou destacando que todos os pontos principais foram discutidos. **Nada mais havendo a tratar, a Comissão em comum acordo com as contribuições apresentadas pelos membros, convidados e convidadas presentes e, como nada mais foi dito, a reunião virtual foi encerrada às quinze horas e trinta minutos**. Eu, Danielly Almeida Morele, lavrei a presente ATA, que após lida, analisada e discutida foi assinada por todos.

Desembargador Eleitoral RENATO GUSTAVO ALVES COELHO - presidente

DANIELLY ALMEIDA MORELE - membro

MARISTELA RIBAS FELTRIN - membro

REINALDO LUZ LIMA DAS VIRGENS FERREIRA - membro

ROBSON CORRÊA VIANA - membro

RONALDO COSTA PINTO DE BRITO FRANCO - membro

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA - membro

CARLOS AUGUSTO GONTIJO CAETANO - Técnico Judiciário (convidado)

GUILHERME DE SOUSA JULIANO - Chefe de Gabinete da Presidência (convidado)

PRISCILA PALHANO TEIXEIRA - Assessora da Secretaria da Corregedoria (convidada)

WILDICE LIMA FERRO CABRAL - Secretária da Corregedoria Eleitoral (convidada)



Documento assinado eletronicamente por **MARISTELA RIBAS FELTRIN, Membro da Comissão - Titular**, em 07/10/2024, às 15:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLY ALMEIDA MORELE, Membro da Comissão - Titular**, em 07/10/2024, às 15:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Gustavo Alves Coelho, Presidente de Comissão**, em 07/10/2024, às 15:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO GONTIJO CAETANO, Técnico Judiciário**, em 07/10/2024, às 18:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **REINALDO LUZ LIMA DAS VIRGENS FERREIRA, Membro da Comissão - Titular**, em 08/10/2024, às 12:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme de Sousa Juliano, Chefe de Gabinete**, em 08/10/2024, às 15:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO COSTA PINTO DE BRITO FRANCO, Analista Judiciário**, em 09/10/2024, às 14:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wildice Lima Ferro Cabral, Secretária**, em 11/10/2024, às 12:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Palhano Teixeira, Secretário Substituto**, em 14/10/2024, às 15:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON CORREA VIANA, Técnico Judiciário**, em 18/10/2024, às 17:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUI MOREIRA DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 22/10/2024, às 14:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-df.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-df.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1695569** e o código CRC **F297B24E**.